

Ajustes reduzem receita da União em R\$ 7,7 bi

GAZETA MERCANTIL

Economia - Brasil

Liliana Enriqueta Lavoratti
de Brasília

5 NOV 1997

O ajuste das finanças públicas não se restringirá ao corte de despesas, mas incluirá uma série de medidas para contrapor a queda na arrecadação, que deverá se acentuar ainda mais com a desaceleração da economia. A receita líquida da União – livre das restituições e, portanto, a parcela de recursos efetivamente disponível – ficará cerca de R\$ 7,7 bilhões menor do que aquela prevista no Orçamento para este ano. Na terceira revisão que a Receita Federal fez em agosto último, sem contar com os efeitos da alta das taxas de juros, a estimativa inicial de R\$ 86,7 bilhões já tinha caído para R\$ 79 bilhões.

Esses dados serviram de argumento para o governo nas negociações com os congressistas visando a aprovação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que deverá ser votado hoje no plenário do Senado. A prorrogação do fundo até dezembro de 1999 proporcionará ao governo federal um ganho líquido – parcela que não retorna aos estados e municípios em forma de compensação de perdas ou programas setoriais – de cerca de R\$ 2 bilhões e de outros R\$ 3,5 bilhões em 1998. A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) é o único item da arrecadação que proporcionará uma renda maior do que a esperada – R\$ 6,8 bilhões e não os R\$ 5,3 bilhões originalmente projetados.

Mesmo assim, a equipe econômica considera insuficiente essa folga para contrapor a elevação dos gastos provocada pela alta das taxas de juros. A curto prazo, foi dado ontem o primeiro passo para acelerar a cobrança de cerca de R\$ 80 bilhões da Dívida Ativa da União (DAU). Portaria (número 289) assinada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, publicada ontem no Diário Oficial, autoriza a Receita Federal e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) concentrarem em cerca de 500 grandes devedores o resgate de tributos atrasados ou sonegados. Os dois órgãos estudam uma forma de estimular os contribuintes com dívidas de até R\$ 5 mil a quitarem seus débitos na esfera administrativa. A partir de agora somente serão executadas judicialmente as dívidas superiores a R\$ 5 mil e passarão a

ser inscritas na DAU apenas aquelas de valor acima de R\$ 1 mil.

O aprofundamento da recessão econômica baterá direto no caixa do Tesouro Nacional, que também será afetado pelo aumento da conta de juros da dívida pública. Como a equipe econômica acha primordial manter a meta de redução da dívida pública, como sinalizador importante para o mercado externo, é praticamente descartada a possibilidade de financiar o crescimento do déficit com emissão de títulos públicos. Por isso, será necessário cortar gastos e aumentar a receita para compensar o crescimento das despesas de juros.

A conversão de créditos tributários da União em recursos para o caixa do Tesouro Nacional é uma medida que vem sendo utilizada há dois anos com bons resultados. De 1996 para 1997, o total desses créditos passou de R\$ 300 milhões para R\$ 3 bilhões. A PGFN já ajuizou cerca de 800 mil processos de

cobrança judicial da DAU, num total estimado em R\$ 50 bilhões. A Receita Federal ainda está tentando cobrar outros R\$ 30 bilhões na esfera administrativa. Ao permitir

que não sejam inscritos na DAU os débitos inferior a R\$ 1 mil e somente ajuizados aqueles superiores a R\$ 5 mil, a expectativa da Fazenda é elevar significativa a conversão dos créditos tributários em receita da União. Apenas 5% dos devedores representam 95% do total desses créditos, daí a decisão de concentrar a ação de cobrança sobre cerca de 500 contribuintes.

A frustração da receita líquida neste ano se deve à queda na arrecadação de vários tributos. A estimativa inicial, feita em agosto do ano passado, contava com R\$ 36,3 bilhões de recolhimento do Imposto de Renda. Na última revisão, este valor caiu para R\$ 29,8 bilhões. A redução do nível da atividade econômica fez diminuir a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O IPI-fumo, por exemplo, estava estimado em R\$ 3,4 bilhões, mas não deverá render mais do que R\$ 2,9 bilhões. A receita da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) caiu cerca de 18%, passando de R\$ 8 para R\$ 6,6 bilhões.

De acordo com dados da Receita Federal, de janeiro a setembro deste ano, a arrecadação de tributos federais cresceu 9,25% reais em relação a 96.

5% dos devedores representam 95% do total de créditos tributários que devem ser convertidos em receita da União

GAZETA MERCANTIL